

Demonstrações Contábeis

Confederação Brasileira de Remo

em 31 de dezembro de 2020.

Com relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

ÍNDICE

- I. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

- II. Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.
 - a. Balanço patrimonial
 - b. Demonstração de superávit (déficit)
 - c. Demonstração das mutações do patrimônio social
 - d. Demonstração do Fluxo de Caixa

- III. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

I – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos

Administradores da

Confederação Brasileira de Remo.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Remo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do superávit(déficit), das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Remo em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base da Opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota Explicativa n. º 3.4, a entidade deprecia os bens do ativo imobilizado de acordo com as taxas fiscais de depreciação determinadas pela Secretaria da Receita Federal - SRF. O pronunciamento técnico CPC 27 – “Ativo imobilizado” requer que a depreciação seja calculada com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens. Adicionalmente, a entidade não tem controle individual sobre os bens registrados no ativo imobilizado. Existe também doação de barcos recebidas após campeonato pan-americano cujos barcos estão em posse e responsabilidade da Confederação, porém não estão reconhecidos no balanço da entidade. Consequentemente, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação aos saldos do ativo imobilizado, bem como da depreciação em 31 de dezembro de 2020, com saldo líquido de imobilizado de R\$ 3.371.511,95.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção e seguir intitulada “ Responsabilidade do Auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em Relação a Confederação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no

código de ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidencia de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança,

mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Confederação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas

divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.
- Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 09 de Abril de 2021.
Arruda & Matos Auditores Associados S/S.
CRCRS 004663/O-8

Fabricio Matos de Matos
Contador – CRC-RS 70630-O
CNAI/RS - 4126
Sócio Responsável

II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2020.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE REMO
 CNPJ: 30.276.570/0001-70
 Balanços patrimoniais
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 Expresso em Reais

ATIVO		<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
CIRCULANTE		<u>416.167</u>	<u>653.166</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 3.1	414.280	650.879
Valores a Realizar		200	600
Adiantamento a Terceiros	Nota 3.2	200	600
Valores a Receber		<u>1.687</u>	<u>1.687</u>
IRRF a Recuperar	Nota 3.3	1.687	1.687
NÃO CIRCULANTE		<u>3.371.512</u>	<u>3.092.906</u>
Depósito Judicial		-	15.412
Imobilizado Líquido	Nota 3.4	<u>3.371.512</u>	<u>3.077.494</u>
Imobilizado		4.286.185	3.814.440
Depreciações e amortizações		(914.673)	(736.946)
TOTAL DO ATIVO		3.787.679	3.746.072

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE REMO
 CNPJ: 30.276.570/0001-70
 Balanços patrimoniais
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 Expresso em Reais

P A S S I V O

		<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
CIRCULANTE		591.283	801.915
Obrigações Sociais	Nota 3.5	47.495	42.628
Obrigações Tributárias		33.975	41.061
Obrigações folha pagto		86.398	75.995
Provisão trabalhistas		119.688	105.417
Adiantamentos COB	Nota 4.1	190.914	299.405
Adiantamentos CPB	Nota 4.1	67.918	110.247
Contas a Pagar		9.500	9.500
Provisão para Contingências	Nota 4.0	13.865	91.923
Recursos Correntes	Nota 4.2	21.529	25.741
PATRIMÔNIO SOCIAL	Nota 5	3.196.396	2.944.158
Superávit/Defícit Acumulado		2.944.158	3.169.055
Superávit/Defícit do exercício		<u>252.238</u>	<u>(224.898)</u>
TOTAL DO PASSIVO		3.787.679	3.746.072

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE REMO

CNPJ: 30.276.570/0001-70

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Expresso em Reais

		<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
RECURSOS		3.798.767	3.459.426
Lei Agnelo Piva - COB		2.790.273	2.102.698
Lei Agnelo Piva - CPB		1.008.494	1.356.729
OUTRAS RECEITAS		248.768	215.155
Taxa de inscrição e transferência de atletas		37.284	178.105
Outras Receitas	Nota 6	211.484	37.050
(-)DEVOLUÇÕES		(42.569)	(40.951)
Devoluções Lei Piva COB	Nota 6.1	(40.394)	(39.432)
Devoluções Lei Piva CPB		(2.176)	(1.519)
RESULTADO FINANCEIRO		5.543	17.749
Receitas Financeiras		13.792	30.135
Despesas Financeiras		(8.249)	(12.386)
(=) TOTAL RECURSOS/RECEITAS		4.010.508	3.651.379
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		3.758.270	3.876.276
Desp. Recursos Lei Agnelo Piva - Cob		2.502.809,43	2.346.330,68
Desp. Recursos Lei Agnelo Piva - CPB		995.329,46	1.176.910
Despesas Recursos Proprios	Nota 6.2	70.714,82	228.387
Despesas com depreciação		189.415,83	124.648
(=) SUPERAVIT DO EXERCICIO		252.238	(224.898)

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE REMO

CNPJ: 30.276.570/0001-70

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Expresso em Reais

DISCRIMINAÇÃO	Superávit Acumulado	Déficit Acumulado	Superávit do Exercício	TOTAL DO PATRIMÔNIO SOCIAL
Saldo em 31/12/2018	2.537.279	(933.749)	-	3.169.055
Déficit do Exercício		(224.898)		(224.898)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-			-
Saldo em 31/12/2019	2.537.279	(1.158.647)	-	2.944.158
Superávit do Exercício	252.238	-		252.238
Ajuste de Exercícios Anteriores	-			-
Saldo em 31/12/2020	2.789.517	(1.158.647)	-	3.196.396

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE REMO

CNPJ: 30.276.570/0001-70

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Expresso em Reais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/(Déficit) do exercício	252.238	(224.898)
AJUSTES PARA CONCILIAR O superávit(déficit)do exercício e o caixa proveniente das atividades operacionais:		
- Depreciação e amortização	189.416	124.648
- Ajustes Exercícios anteriores	-	-
Variações no ativo		
Diminuição Valores a receber	15.812	946
Variações no passivo		
Encargos Sociais	4.868	(5.520)
Tributos a Recolher	(7.085)	7.783
Obrigações c/ Pessoal	10.403	7.247
Provisões	14.271	(12.263)
Adiantamentos COB/CPB	(150.819)	66.461
Obrigações com Patrocinadores	(4.211)	(7.284)
Outros Passivos Circulantes	(78.058)	62.564
Outros Passivos Não Circulantes	-	-
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS (APLICADAS NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>246.834</u>	<u>19.685</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de bens do imobilizado	(483.433)	(1.501.200)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(483.433)</u>	<u>(1.501.200)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS (APLICADAS NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	=	=
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(236.599)</u>	<u>(1.481.515)</u>
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo inicial das disponibilidades	650.879	2.132.394
Saldo final das disponibilidades	414.280	650.879
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(236.599)</u>	<u>(1.481.515)</u>

**III – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020.**

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE REMO

CNPJ: 30.276.570/0001-70

Notas Explicativas

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

NOTA 01 - Contexto Operacional

A Confederação Brasileira de Remo, designada pela sigla CBR, sociedade civil de direito privado, de caráter exclusivamente desportivo, possui personalidade jurídica e patrimônios próprios, é uma entidade sem fins lucrativos com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CNPJ – 30.276.570/0001-70.

NOTA 02 - Apresentação das demonstrações contábeis

A Confederação Brasileira de Remo elaborou suas demonstrações contábeis com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que levam em consideração os pronunciamentos emitidos pelo CPC.

Sumário das Principais Práticas Contábeis e Demonstrações

A Confederação elaborou suas demonstrações contábeis com base nos pronunciamentos emitidos pelo CFC, e os documentos apresentados contabilizados em conformidade com a legislação vigente.

NOTA 03 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

NOTA 3.1 - Caixa e Equivalência de Caixa

Incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2020</u> (R\$)	<u>2019</u> (R\$)
Caixa	6.269,81	3.084,22
Banco C/Movimento	22.132,44	31.614,04
Aplicação Liquidez Imediata	385.878,45	616.180,59
Total	414.279,90	650.878,85

NOTA 3.2 – Adiantamento de Terceiros

Outros Adiantamento Funcionário - referente ao Adiantamento Marcio Irineu 1.000,00 (mil reais) com parcelas 200,00 (trezentos reais), já foram quitados 800,00 (oitocentos reais) faltando uma parcela de 200,00 (duzentos reais), para 2021.

NOTA 3.3 – IRRF a recuperar

Houve pagamento a maior IRRF sobre salario referente: 01/2018- 1.148,28 (mil centos quarenta oito reais e vinte oito centavos) e IRRF pagamento em Duplicidade 09/2018 -786,58 (setecentos oitenta seis reais e cinquenta oito centavos) e Juros da Selic 11,56 (onze reais e cinquenta seis centavos), e teve valor compensado em 2018 – 259,19 (duzentos cinquenta nove reais e dezenove centavos) valores serão compensados de acordo com a movimentação da CBR.

NOTA 3.4 – Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido pela depreciação dos bens, que é calculada pelo método linear às taxas anuais conforme legislação fiscal do Brasil;

Com aumento custo embarcações e remos, veículos e maquinas e equipamentos com aquisição barcos, gerador e veiculo no período.

A composição do Imobilizado é a seguinte:

Conta	Custo (R\$)	Depreciação Acumulada Ano 2020	Depreciação Acumulada em R\$	Imobilizado Líquido 31/12/2020	Taxa anual
Móveis e Utensílios	83.100,67	0,00	(83.100,67)		10%
Instalações	42.808,63	(4.280,88)	(41.357,40)	1.451,23	10%
Computadores, Software e Similares.	65.225,52	(1.038,00)	(62.976,52)	2.249,00	20%
Aparelhos de Comunicação	1.341,93	-	(1.341,93)	-	10%
Máquinas e Acessórios	115.140,52	(11.077,41)	(62.505,82)	52.634,70	10%
Troféus, Quadros e Medalhas.	13.304,76	-	(13.304,76)	-	20%
Embarcações e Remos	2.506.311,56	(107.710,40)	(419.813,90)	2.086.497,66	5%
Embarcações e Remos Doação	1.190.376,48	(59.518,80)	(228.155,40)	962.221,08	5%
Bens Adquiridos no Exterior	141.574,95	-	-	-	5%
Veículos	127.000,00	(14.139,87)	(2.116,67)	124.883,33	20%
Total	4.286.185,02	(197.765,36)	(914.673,07)	3.371.511,95	

NOTA 3.5 – Obrigações Sociais Fiscais e Trabalhistas

Referem-se substancialmente a encargos e contribuições a recolher com os valores refletidos até a data do balanço

Contribuições e taxas a recolher	2020 (R\$)	2019 (R\$)
INSS a recolher	37.864,68	33.706,95
FGTS a recolher	9.630,56	8.920,63
Total	47.495,24	42.627,57

NOTA 4 - Provisões para Contingências Trabalhistas

A Confederação é parte integrante em processos judicial de natureza trabalhista houve pagamentos de processos no período e arquivamento definitivo conforme relatório enviado Escritório Borchardt Advogados, ficando só valor do processo 0131900-0920015150009 que será extinto 19/03/2021.

NOTA 4.1 – Adiantamentos COB e CPB – Projetos em Execução

Saldo dos recursos em andamento, objetivando facilitar os controles de projetos não utilizados no exercício.

	Saldo em 31/12/2020 (R\$)
Adiantamentos COB - Projetos em execução	190.914,23
Adiantamentos CPB – Projetos em execução	67.918,23

NOTA 4.2– Adiantamentos Recursos correntes

Trata-se de um acordo de cooperação entre FISA, apoiada pela Fundação Ágios, para sediar campo de treinamento de remo no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, para identificar e treinar atletas de remo de nações das Américas, somente para atletas que usam apenas os braço e ombros geralmente são usuários de cadeira de rodas para qualificação, objetiva os jogos Paraolímpicos de 2020, sobre a administração da confederação Brasileira de Remos, que receberá os recursos para aplicação no projeto, devendo exclusivamente prestar conta FISA o mesmo não foi utilizado valor total restando valor R\$ 21.529,32 a ser devolvido em 2021;

NOTA 5 - Patrimônio Social

O Patrimônio social da Confederação é Constituído com os resultados acumulados nos períodos, acrescido pelo resultado apurado com os valores inerentes a atividade da Confederação ao termino do exercício social.

NOTA 6 – Outras Receitas

Valores referente devolução pagamentos indevidos no decorrer do período;

NOTA 6.1 – Receita ganho Ativo

Valor referente venda veículo usado no período caucionando um ganho na venda;

NOTA 6.2 – Receita Extraordinária COB

Valor referente citado no Primeiro Termo de adiantamento ao Contrato de doação com encargos entre o Comitê Olímpico Brasileiro e a Confederação Brasileiro de Remo para Aquisição de Bens, conforme ofício -154/CBR-P. O valor é proveniente de recursos próprios do COB, foi repassado através de projeto extra orçamentário para aquisição de 05 (cinco) barcos skiff tipo costal e um automóvel tipo caminhonete para transporte de barcos e realização de serviços da CBR.

NOTA 6.3 - Devoluções COB e CPB

São Recursos Glosados pelo Comitê Olímpico Brasileiro, e pagos com recursos próprios, a administração está trabalhando para orientar a todos que utilizam gastos, da responsabilidade de adquirir e de apresentar documentos legíveis na prestação de contas, para assim sanar o fato por parte do órgão fiscalizador.

NOTA 7 - Demonstração dos fluxos de caixa

O método de apresentação da DFC é o método indireto, foi elaborado para o período de 2020 com a finalidade de melhorar as informações.